

POR QUE LER A CARTA DE VENEZA HOJE?

Conferência ao PROGRAU/UFPel

WHY READ THE VENICE CHARTER TODAY?
Lecture for PROGRAU/UFPel

Beatriz Mugayar Kühl¹ e Larissa Mörschbacher²

Apresentação³

Larissa Mörschbacher: No dia 16 de dezembro de 2024, a professora Beatriz Mugayar Kühl proferiu a conferência *Por que ler a Carta de Veneza hoje*, como parte da disciplina *Intervenções na Cidade Contemporânea* do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU/UFPel). A atividade, realizada de forma remota e aberta ao público, integrou as discussões teóricas e metodológicas sobre práticas de preservação contemporâneas.

Reconhecida por sua trajetória acadêmica voltada ao campo da preservação, com ênfase no patrimônio da industrialização, Beatriz Mugayar Kühl abordou aspectos históricos e conceituais da Carta de Veneza (1964), destacando os contextos de sua formulação, seus desdobramentos críticos ao longo das décadas e os equívocos recorrentes em sua interpretação. A conferência propôs uma leitura atualizada do documento, considerando sua permanência como referência central nos debates sobre restauro.

O texto a seguir corresponde à transcrição da conferência, com ajustes pontuais para adaptação à linguagem escrita, sem comprometer o caráter oral da exposição. Para facilitar a compreensão e ampliar o acesso aos materiais mencionados, foram incluídas notas explicativas, indicando as obras e autores citados ao longo da apresentação.

Por Que Ler a Carta de Veneza Hoje?

Beatriz Mugayar Kühl: Boa tarde a todas e todos aqui presentes. Gostaria de agradecer o convite da Aline Montagna da Silveira e do Antonio Soukef Jr., amigos muito queridos, com quem compartilho uma longa jornada. Não tivemos ocasião de estabelecer uma troca mais efetiva nos últimos tempos e agradeço por esta oportunidade. Gostaria também de agradecer a presença da Ana Paula Farah, da Daniele Behling Luckow, da Renata Campiotto, da Fabiane Savino, da Flaviana Barreto Lira, e de outras pessoas aqui presentes e que fazem parte de um percurso compartilhado; agradeço ainda a todos os estudantes da disciplina e da Universidade Federal de Pelotas. É um prazer poder compartilhar essas reflexões com vocês hoje.

1 Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (USP/1996), Especialista (1990) e Mestra (1992) em Preservação de Bens Culturais pela Katholieke Universiteit Leuven, Bélgica, e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (USP/1987). E-mail: bmk@usp.br.

2 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (USP), Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2023) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2018). E-mail: larissa.morschbacher@usp.br.

3 Esta transcrição é desenvolvida com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2024/11145-4.

É uma grande oportunidade apresentar e analisar temas relacionados à Carta de Veneza, pois são questões que me acompanham há muitos anos — possivelmente há mais tempo do que a idade de alguns aqui presentes. Desde o meu curso de especialização na Bélgica venho estudando e me confrontando com esse documento.

Vocês devem saber que, neste ano de 2024, a Carta de Veneza completou 60 anos. Desde sua fundação, em 1965, o ICOMOS — Conselho Internacional de Monumentos e Sítios — adotou a Carta de Veneza como documento de referência e que permanece até hoje como base de princípios. Nesses tempos de transformação acelerada, é absolutamente legítimo perguntar: por que continuar a discutir uma carta que já tem 60 anos? Por que ela permanece como base do ICOMOS?

Esse questionamento acompanha a carta desde que foi criada como um dos resultados do II Congresso internacional de arquitetos e de técnicos de monumentos históricos, realizado em Veneza, 25 a 31 de maio de 1964. Compartilho, por exemplo, alguns textos. O artigo do Raymond Lemaire, relator da Carta de Veneza, que foi publicado em 1995 e intitula-se *É necessário rever a Carta de Veneza?*.⁴ Giovanni Carbonara, naquele mesmo período, também publicou um artigo intitulado *Os 30 anos de uma boa carta de restauro*.⁵ Ambos os textos questionam: 30 anos após a elaboração da carta, ela continua válida? Para que serve? Como lê-la 30 anos depois? E nós, 30 anos depois desses artigos, 60 anos depois da carta, devemos continuar a ler a Carta de Veneza? Ela continua pertinente? E por que falar da Carta de Veneza em relação ao patrimônio em geral e ao patrimônio industrial, especificamente — que é um dos focos de interesse de minhas pesquisas — nos dias de hoje? É sobre isso que eu gostaria de conversar.

Antes de passar a essas questões, acho importante mencionar que a Carta de Veneza parece um documento muito simples. Ela é curta, cabe em duas páginas, tem 16 artigos. No entanto, trata-se de texto extremamente complexo. Se não nos aproximarmos dela de forma informada, ela se torna quase indecifrável. Pode parecer que a entendemos, mas isso frequentemente não é verdade. Gostaria de conversar com vocês hoje sobre as várias camadas da Carta de Veneza, mostrando que ela faz parte de um contexto de discussão e foi gerada num evento científico que gerou atas. Ademais, não é a única resolução resultante desse mesmo evento.

Para nos aproximarmos da carta de forma mais circunstanciada, precisamos entender o contexto cultural em que ela se originou e o ambiente de discussão específico daquele congresso. Isso permite uma leitura mais fundamentada do documento. Só assim poderemos ampliar as questões e os conceitos ali presentes, em vez de tratá-la como um conjunto de “regras” que seriam aplicadas diretamente na prática. A carta não é um receituário. Ler a Carta de Veneza e tentar aplicá-la de modo imediato na prática não funciona, pois ela não foi concebida para ser aplicada dessa forma, mas, sim, para oferecer uma base deontológica para ajudar na tomada de decisões na prática, um horizonte para a reflexão metodológica, como observou Carbonara.⁶

A Carta de Veneza não pretendia ser uma formulação extensa e sistêmica com pretensão de esgotar o assunto, mas, sim, uma base ética e deontológica para ajudar na tomada de decisões na atuação prática. É por isso que a carta, ainda mais por ser de caráter internacional, oferece indicações e prescrições, mas não possui — nem

4 LEMAIRE, Raymond. Icomos: un regard en arrière, un coup d'œil en avant. Liège: Commission Royale de Monuments et Sites, 1999, p. 191-193.

5 CARBONARA, Giovanni. I trent'anni di una buona carta del restauro. Restauro, Napoli, v. 24, n. 131-132, 1995, p. 57-60.

6 CARBONARA, I trent'anni di una buona carta del restauro.

poderia possuir — um caráter normativo, pois uma associação profissional não pode interferir na legislação dos países. A carta foi feita para ser reinterpretada nos variados contextos culturais e normativos, como enunciado nela mesma.

No Brasil, temos certa tendência — até mesmo na produção científica — de falar das cartas patrimoniais como se fossem um conjunto homogêneo, mas elas são extremamente heterogêneas. Cada carta é fruto de uma discussão em um dado contexto geográfico, cultural e temporal. Não são manuais ou receitas, pois elas sempre exigem uma aproximação crítica. Em geral, são documentos relativamente sucintos. Lemaire, observava que a carta de Veneza foi um mínimo denominador comum: aquilo sobre o qual foi possível chegar a um consenso naquele momento.⁷

Entender o contexto que deu origem ao mínimo denominador comum permitiria — ou deveria permitir — uma interpretação mais fundamentada do documento. Se nós olharmos a diversidade de procedência e estruturação das cartas no próprio ICOMOS — que assumiu a Carta de Veneza como seu documento-base —, veremos que elas são classificadas de diferentes maneiras: as cartas aprovadas pela assembleia geral; as resoluções e declarações; as cartas de comitês nacionais; além de o site também remeter a outros documentos internacionais. Vejam que dentro de uma mesma instituição, os documentos são classificados com hierarquias diferentes.

Em comparação com o site do ICOMOS em 2023, é interessante notar que hoje ele já não segue organização cronológica, mas a Carta de Veneza continua sendo o ponto de partida. Enquanto em 2023 as cartas eram organizadas por datas — o que permitia acompanhar mais facilmente a evolução das discussões dentro do próprio ICOMOS —, hoje elas estão dispostas por temas. Essa organização facilita o acesso direto ao assunto de interesse, mas dificulta a compreensão de como a instituição estruturou as discussões ao longo do tempo, que exige um esforço de reorganização.⁸

No site do IPHAN, por sua vez, as cartas patrimoniais estão reunidas em um único conjunto, independentemente de sua origem. Elas estão organizadas por ordem cronológica decrescente, mas misturam cartas do ICOMOS com cartas nacionais, com documentos da OEA e os da Unesco, por exemplo. É necessário um exame complementar para entender de que instituições vieram, quando foram elaboradas e por que foram feitas. Agrupa indiscriminadamente, por exemplo, a Carta de Burra — que é do ICOMOS Austrália, ou seja, de um comitê nacional e não aprovada pela assembleia geral — com a Carta de Florença, que é do ICOMOS internacional, e, ainda, a Declaração de Nairóbi, dificultando a compreensão de suas origens e contextos.⁹

É preciso entrar nessa discussão de forma mais informada. Vejo com muita frequência em trabalhos submetidos a revistas e a congressos, que as cartas patrimoniais dizem tal coisa. Mas “as cartas”, como conjunto, não dizem tal coisa: a carta “x” diz uma coisa; a carta “y”, que foi organizada por tal instituição no ano tal, diz outra. Então, por favor, prestem atenção, porque um discurso unificado de cartas patrimoniais não corresponde à realidade. As cartas patrimoniais não são nada uniformes; pelo contrário, muitas vezes, uma é oposta à outra. Deve-se ter muito cuidado ao interpretá-las.

Entender o contexto da formulação da Carta de Veneza é chave fundamental para sua leitura; por ser o documento que funda o ICOMOS, frequentemente a ela é atribuída a

ideia de que ali se estabeleceu um marco absoluto ou originário para a preservação — o que não corresponde à realidade. A Carta de Veneza é fruto de uma discussão que vinha de muitas décadas, se não séculos: décadas de debate internacional e séculos de discussões em determinados países. Lemaire aborda isso de forma muito clara: ela é uma etapa, um ponto numa trajetória; não é a causa, nem o início, nem a finalização desse percurso.¹⁰ Precisamos entender a carta a partir de uma leitura historicamente fundamentada, localiza-la no seu contexto histórico, no seu tempo, espaço e no âmbito daquela discussão, e jamais isolá-la, fazendo uma leitura anistórica e achando que a carta surgiu do nada, ou que deve ser encarada como se fosse um conjunto de preceitos definitivos. Ela é um ponto numa extensa trajetória.

Um ponto numa trajetória que tem como antecedentes mais próximos o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Paris em 1957.¹¹ Como antecedente um pouco mais recuado, o Congresso de Atenas — da Sociedade das Nações — que deu origem à Carta de Atenas de Restauração.¹² O nome não é exatamente esse, trata-se de uma declaração do congresso, que ficou conhecida como Carta de Atenas, de 1931. Notem que a Sociedade das Nações deixa de existir após a Segunda Guerra Mundial, e suas funções passam a ser assumidas pela ONU — Organização das Nações Unidas. A Carta de Veneza tem ainda como antecedente a Carta Italiana de Restauração¹³, do final de 1931 e assumida em 1932, que foi utilizada como base para um anteprojeto de carta apresentado no Congresso de Veneza. Esse anteprojeto, no entanto, é diferente do documento final que se tornaria a Carta de Veneza.

O Congresso de Veneza é o segundo congresso internacional de arquitetos e técnicos de monumentos históricos e foi realizado pouco mais de sete anos depois do Congresso de Paris, e deu origem a atas que estão disponíveis online.¹⁴ Aconselho que deem uma olhada nessas atas, mesmo que não entendam os idiomas, pois elas revelam uma discussão ampla e diversa, da qual emergiu aquele “mínimo denominador comum” a que Lemaire se refere.¹⁵ É importante ter isso em mente: esse “mínimo” resultou de um processo de debate extenso, inserido numa trajetória histórica de discussões que se desenrolava há décadas ou até mesmo séculos. É ainda muito importante notar o título dessas atas: *O Monumento para o Homem*. Muitas vezes, a Carta de Veneza é considerada um documento tecnicista, desvinculado da sociedade e da produção humana. Era o contrário disso, e basta olhar para o título das atas que evidencia desde o início qual era a ênfase: nas pessoas, não nos objetos.

Observando as atas do evento de Veneza¹⁶, havia 63 delegações, algumas delas representações institucionais, como a Unesco e o Conselho da Europa, por exemplo. O evento contou com participantes de países dos cinco continentes, embora houvesse forte predominância de europeus: dos 622 inscritos, 530 eram provenientes da Europa. O comitê de redação também era predominantemente europeu: dos 23 membros,

10 LEMAIRE, Icomos: un regard en arrière, un coup d'œil en avant.

11 CONGRÈS INTERNATIONAL DES ARCHITECTES ET TECHNICIENS DES MONUMENTS HISTORIQUES. Congrès international des architectes et techniciens des monuments historiques: Paris, 6–11 mai 1957. Paris: Éditions Vincent, Fréal, 1960.

12 SOCIÉTÉ DES NATIONS. INSTITUT INTERNATIONAL DE COOPÉRATION INTELLECTUELLE. La Conservation des monuments d'art et d'histoire: conclusions de la Conférence d'Athènes, 21–30 octobre 1931. Athènes, 1931.

13 CONSIGLIO SUPERIORE PER LE ANTICHITÀ E BELLE ARTI: ITALIA. Norme per il restauro dei monumenti. Roma: Consiglio Superiore per le Antichità e Belle Arti, 1932.

14 ICOMOS. Il monumento per l'uomo. Atti del II Congresso Internazionale del Restauro. Venezia 25–31 maggio 1964. Padova: Icomos; Marsilio, 1971.

15 LEMAIRE, Icomos: un regard en arrière, un coup d'œil en avant.

16 ICOMOS. Il monumento per l'uomo.

7 LEMAIRE, Icomos: un regard en arrière, un coup d'œil en avant.

8 INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. Charters and doctrinal texts. Disponível em: <<https://www.icomos.org>>. Acesso em: 6 dez. 2024.

9 BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Carta de Veneza. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 6 dez. 2024.

apenas três não eram — Carlos Flores Marini, do México; Víctor Pimentel, do Peru; e Mustafa S. Zbiss, da Tunísia. Vale lembrar que Deoclécio Redig de Campos era brasileiro de nascimento, mas no evento estava representando o Vaticano. De fato, era um ambiente predominantemente europeu — mas isso não significa que a carta seja, por isso, eurocentrista ou colonialista; esse tema será abordado mais à frente. Percebiam também que, hoje em dia, o mundo do patrimônio é muito feminino, mas naquela época ainda não. No congresso de Veneza cerca de 10% dos participantes eram mulheres. No comitê de redação, havia apenas uma mulher — ou seja, menos de 10%.

Um dado interessante é que a carta chegou muito rápido ao Brasil. O congresso foi em maio de 1964, e, em setembro daquele mesmo ano, ela foi publicada na Revista Arquitetura do IAB, num artigo de Giancarlo Gasperini, que fez uma primeira tradução da carta.¹⁷ Gasperini menciona quatro participantes brasileiros no congresso, mas, nas atas, o Brasil aparece com dois participantes e apenas um deles é nomeado: Wladimir Alves de Souza representando a UNB. Na Revista Arquitetura, ele é mencionado como representante do DPHAN, atual IPHAN. Isso mostra que existem algumas questões para serem estudadas: por que eram quatro, mas aparecem dois? E por que, sendo dois, apenas um é nomeado? Há elementos curiosos do ponto de vista histórico que merecem ser investigados.

Um aspecto particularmente relevante no relato do Gasperini é a ênfase nas discussões sobre o patrimônio na escala urbana. Na versão final da carta, esse assunto aparece de forma mais discreta. Porém, nas apresentações e nos debates, a questão urbana e a importância de entender o patrimônio numa escala mais ampla, que deixa de ser apenas o monumento isolado e passa a abranger o ambiente como um todo, estava muito presente. Isso é evidente na conferência de abertura do congresso, proferida por Roberto Pane.¹⁸

A Carta de Veneza é apenas uma entre as 13 decisões e resoluções do congresso. Uma delas é a criação do ICOMOS, que seria fundado em 1965. Outras tratam de questões de ensino, da proposta de uma revista internacional (que seria lançada posteriormente), da forma de divulgação e difusão de conteúdos, da elaboração de um diretório de laboratórios e da criação de um centro de divulgação de textos normativos dos vários países. No que interessa especificamente a minhas pesquisas sobre o patrimônio industrial, uma das moções era pela preservação da *Maison du Peuple*, a Casa do Povo em Bruxelas, edifício de Victor Horta, construído entre 1896 e 1899. Apesar da moção que preconizava a preservação da *Maison du Peuple*, esse edifício, uma das obras-primas de Victor Horta, foi demolido em 1965.

Esse é ponto de particular interesse pois o *Art Nouveau* naquela época ainda não tinha sido “reabilitado” pela historiografia. A arquitetura cuja expressividade se baseava em elementos industrializados tampouco era reconhecida como de interesse para a preservação naquele momento. No entanto, eles estavam reconhecendo esse edifício como de mais alta importância e pedindo que a *Maison du Peuple* fosse poupada das transformações urbanas. Apesar do insucesso da moção, o episódio foi um dos fatores que contribuiu para despertar o interesse por esse tipo de arquitetura — um *Art Nouveau* que seria progressivamente reabilitado, principalmente a partir dos anos de 1980, quase 20 anos depois da carta. Sobre o patrimônio industrial, há textos importantes nos anos 1960; a arquitetura resultante do processo de industrialização,

apesar de algumas demolições traumáticas nos anos 1960 e 1970 — como a *Maison du Peuple*, a *Bolsa de Comércio*, de Londres, o *Mercado Central* de Paris — começou a ser valorizada e esse processo teria consequências interessantes a partir das décadas de 1970 e 1980.

Para compreender a Carta de Veneza, é fundamental lê-la como um todo, e não como a soma de artigos isolados que se resolvem em si mesmos. Seu preâmbulo e os artigos devem ser sempre interpretados em conjunto. O preâmbulo começa com a frase: “Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares”.¹⁹ Não é banal começar um documento falando de mensagem espiritual. Isso mostra, mais uma vez, que a ênfase da carta não é tecnicista. Eles estão falando de valores atribuídos, de valores simbólicos. Essa “mensagem espiritual” é transmitida pelas obras monumentais de cada povo, que continuam como testemunho vivo — ou seja, como testemunho em constante transformação.

A carta continua: “A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las”.²⁰ A unidade dos valores humanos diz respeito àquilo que é uma repercussão da engenhosidade humana, um testemunho do fazer humano. Essa humanidade compartilhada está na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* da ONU, dos anos 1950. A ideia de uma responsabilidade comum e perante o futuro na preservação desses bens já aponta, de forma bastante pioneira, para discussões que só mais tarde se consolidariam, especialmente a partir dos anos 1970 e, com mais força, nos anos 1980: as questões do direito intergeracional. Uma responsabilidade solidária, não apenas entre os povos, mas também entre as gerações — inclusive aquelas que ainda não existem. Esse parágrafo da Carta de Veneza coloca questões muito interessantes.

É importante entender também que a Carta de Veneza vem de uma linha de pensamento sobre preservação na Europa que vinha desde o começo do século XX: a atribuição de sentido aos bens culturais. Os bens culturais não eram vistos como tendo um valor intrínseco, imanente, mas sim como portadores de valor atribuído por uma dada sociedade num dado presente histórico. Essa é uma construção que vem desde Alois Riegl, no começo do século XX, e seu texto de 1903. Esse é um dado relevante para entender que a Carta de Veneza não é tecnicista, nem trata o monumento como algo que possui valor em si e por si. O valor é atribuído por uma sociedade em um determinado momento.

Outro ponto que merece destaque — e que evidencia como a carta acerta na redação, embora muitos não percebam suas implicações — é o modo como o documento aborda as definições no artigo primeiro, ao mencionar a noção de *Monumento Histórico*, que não é uma constante cultural. *Monumento* é uma constante cultural — ou seja, existe em todos os grupos humanos, em todas as culturas ao longo da história da humanidade. *Monumento Histórico*, não. A Carta de Veneza está enunciando seus próprios limites já no primeiro artigo ao direcionar-se aos *Monumentos Históricos*, mas entendidos de modo alargado: que compreendem não apenas a criação isolada, mas o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Isso é importantíssimo: estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que adquiriram com o tempo

17 GASPERINI, Giancarlo. Monumentos: tema de debate em Veneza. Revista Arquitetura, nº 27, set. 1964, p. 15-21.

18 PANE, Roberto. Conférence introductive. In: ICOMOS. Il monumento per l'uomo. Atti del II Congresso Internazionale del Restauro. Venezia 25–31 maggio 1964. Padova: Marsilio, 1971, p. 1-12.

19 ICOMOS. Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios (Carta de Veneza, 1964). II Congresso internacional de arquitetos e de técnicos de monumentos históricos, Veneza, 1964, p.1.

20 Ibid.

uma significação cultural. Não se trata, portanto, da noção de monumento no sentido que a palavra adquiriu ao longo do século XVIII e XIX, de obra grandiosa e isolada. A carta volta-se às propostas do Alois Riegl: obras, testemunhos do fazer humano com certa antiguidade, que não são necessariamente obras grandiosas, mas podem ser obras modestas que adquiriram com o tempo uma significação cultural.

Entender isso é muito importante. Não sei se vocês acompanharam o congresso do ICOMOS em Ouro Preto — a Assembleia Geral e o Simpósio Científico do ICOMOS em Ouro Preto, em novembro de 2024 —; em várias conferências, inclusive na conferência de abertura, houve uma equiparação da Carta de Veneza à política do Patrimônio Mundial da Unesco. A política do Patrimônio Mundial da Unesco é baseada no valor universal excepcional. No estabelecimento das diretrizes para o patrimônio mundial, os representantes dos Estados Unidos tiveram um papel importantíssimo, trazendo as premissas adotadas pelo *National Park Service*. A Carta de Veneza não é baseada na excepcionalidade, tendo concepção totalmente diversa daquela do Patrimônio Mundial da Unesco. Cabe lembrar que das 61 delegações de países presentes no evento de Veneza, apenas uma delegação não assinou a carta: justamente a dos Estados Unidos.

É preciso ter em mente que a Carta de Veneza não se equipara à política do Patrimônio Mundial. Além disso, as questões são diferentes. A Carta de Veneza tem valor indicativo, a ser interpretado conforme as realidades culturais e normativas de cada lugar, enquanto a estruturação do Patrimônio Mundial é vinculante. Quem assina a Convenção do Patrimônio Mundial tem que seguir aquela convenção; isso é muito diverso da Carta de Veneza que não vincula um Estado a segui-la. Ela deve ser reinterpretada e pode fazer parte da construção normativa dos países, mas não tem um efeito vinculante. Para quem se interessar, aconselho a leitura da tese²¹ e do capítulo²² da Rosane Piccolo Loretto sobre autenticidade e integridade no sistema do Patrimônio Mundial.

Retornando ao problema anterior, é importante ter em mente que a Carta de Veneza se refere ao *Monumento Histórico*, e não a qualquer *Monumento*. Do ponto de vista etimológico, *Monumento* é qualquer elemento de rememoração feito para celebrar fatos, pessoas, crenças etc e existe em todos os grupos humanos ao longo da história — todas, sem exceção. *Monumento Histórico* é uma construção que vem do renascimento, não sendo uma constante cultural. Está associado a uma concepção de tempo ancorada na noção de ruptura entre passado e presente e de linearidade temporal, de origem judaico-cristã. Para nós, isso é algo quase introjetado, mas não é sempre assim. Essa noção é distinta da noção prevalente de circularidade do tempo em determinadas culturas, nas quais a ênfase está nos aspectos cíclicos. Nos *Monumentos Históricos*, a ênfase está no tempo que não volta atrás — e daí o interesse pela preservação da matéria como transformada pelo tempo.²³ Vejam que a Carta de Veneza não é universalizável, porque ela se volta aos *Monumentos Históricos* e não a todo e qualquer elemento que seja de interesse da preservação; no entanto, tem relações com muitas culturas que possuem essa percepção cultural de linearidade do tempo — como parte significativa das nossas expressões culturais de interesse para a preservação.

21 LORETTO, Rosane Piccolo. As [des]venturas da integridade no Patrimônio Mundial, 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

22 LORETTO, Rosane Piccolo. A autenticidade e a integridade no sistema do Patrimônio Mundial. In: SALVO, Simona (org.) *Restauro e Patrimonio architetonico*. Roma: Sapienza, 2024, p. 75-88.

23 ^aLE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora Unicamp, 2013, p. 207-234. ^bCHOAY, Françoise. Sete proposições sobre o conceito de autenticidade e seu uso nas práticas do patrimônio histórico. Paranoá, [S. l.], v. 16, n. 35, 2024, p. 1-17.

Não vou discutir aqui os temas de autenticidade — sugiro, para tanto, os textos de Flaviana Barreto Lira²⁴ —, mas é importante entender que a noção de autenticidade da Carta de Veneza está ligada à ideia de um tempo que não volta atrás. Isso não significa que bens que são refeitos ritualmente, como os templos de Ise, no Japão — os templos Shinto de Ise —, não tenham importância, pelo contrário. Significa que a Carta de Veneza não é aplicável a eles, porque eles vêm de outra noção de tempo e de relação com a matéria. É fundamental entender essas diferenças conceituais para evitar interpretações equivocadas que resultam na afirmação de que a Carta de Veneza não é válida porque está censurando o refazimento ritual dos templos de Ise. Não. Ela não se aplica a eles e a própria carta está dizendo isso, porque eles são *Monumentos* e não *Monumentos Históricos*. Apesar de não ser universalizável, se for lida de maneira inteligente, a carta pode ser utilizada de modo crítico, mesmo em relação a expressões cíclicas, pois ela incita a indagar em profundidade o papel da matéria na manifestação cultural.

A Carta de Veneza tem conjuntos de artigos. O primeiro bloco, o das definições: o artigo 1º sobre a noção de *Monumento Histórico* ampliada; o 2º, em que se afirma que a conservação e a restauração reclamam a colaboração de todas as ciências e técnicas; e o artigo 3º; que visa a salvaguarda tanto da obra de arte quanto do testemunho histórico. Enfatizo que não se trata de obra de arte no sentido literal e restritivo, por se referir àquilo que está definido no artigo 1º; ou seja, está tratando da configuração e dos aspectos documentais dessas obras.

Quando na carta se afirma que a conservação e a restauração são uma disciplina que “reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas”, esse *todas* deve ser tomado no sentido literal, abrangendo inclusive disciplinas e técnicas que ainda não existiam naquele momento, por se relacionar a obras e processos de atribuição de sentido que estão em constante transformação. Lemaire enfatizava que a articulação de disciplinas não era apenas uma escolha, mas um dever moral absoluto.²⁵ Logo depois do Congresso de Veneza, houve um grupo que quis criar uma associação chamada ICARMO restrita a arquitetos e engenheiros, um contrassenso em relação à Carta de Veneza (artigo 2º) e ao próprio Lemaire, o relator da carta, que era historiador da arte, por exemplo.

A noção de restauro, presente desde o preâmbulo, está ancorada numa concepção interdisciplinar e dinâmica dos bens culturais, entendidos como testemunhos em permanente transformação — uma visão nada estanque. O dinamismo está na carta, pois as disciplinas mudam, a noção de bem cultural muda, a atribuição de valor muda. A carta é um documento dinâmico, que não deve ser lido de maneira engessada.

Esse não-engessamento está presente na conferência de abertura do congresso, de Roberto Pane²⁶, por exemplo, que fala de todas as disciplinas — e cita literalmente fatores psicológicos — e, em textos posteriores dele mesmo, em que aborda a instância psicológica. Ele articula psicologia e fatores psicossociais no âmbito da conservação e do restauro. Além disso, Pane também discute exceções. Isso é importante para entender o quanto a Carta de Veneza é aberta, e o quanto ela não é dogmática nem compostas de “regras”. Ele menciona o caso de Varsóvia: “Naturalmente, no entanto, dizer, contra tudo e todos, que nossas experiências culturais deveriam ter-se imposto,

24 LIRA, Flaviana Barreto. Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, 2009.

25 LEMAIRE, Icomos: un regard en arrière, un coup d’œil en avant.

26 PANE, Conférence introductive.

mesmo a custo de esquecer as circunstâncias excepcionais que definiam nossa história atual, não teria nenhum sentido”.²⁷ Em casos excepcionais, aquilo que está sendo enunciado precisa ceder espaço para outros parâmetros, para que as comunidades possam se refazer do ponto de vista psicossocial em casos excepcionalíssimos, como o de Varsóvia. Mas ele próprio, no caso da sua Nápoles (Itália), mesmo com bombardeios, traumas de guerra e incêndios, para a igreja de Santa Clara preconizava o respeito pelos aspectos documentais e formais, e não uma reconstrução do estado anterior que havia desaparecido. Percebiam que as exceções se voltam realmente a poucos casos; mas a Carta de Veneza admite exceções e contribui para guiar projetos.

Ao ser interpretada para questões projetuais, a Carta de Veneza foi frequentemente maltratada. Lemaire comentava sobre os abusos²⁸ de interpretação: o respeito pelo documento e pela obra estratificada exigido pela carta, cede lugar a uma decomposição do artigo 9º em duas partes, desvinculado do restante da carta. Assim, o artigo foi usado, por um lado, para justificar reconstruções hipotéticas, e por outro, para legitimar uma prevalência absoluta da intervenção contemporânea, mas não é isso que a carta propõe. O artigo 9º deve ser lido de modo articulado com o documento como um todo — especialmente com os outros artigos voltados à restauração, que afirmam a necessidade de respeitar as contribuições válidas de todas as épocas, que alertam para não se buscar uma unidade de estilo, que determinam que novos elementos devem se integrar harmoniosamente ao conjunto sem falsificar a obra, e que os acréscimos devem respeitar todas as partes de interesse. Não se pode extrair um artigo, aplicá-lo como regra ou fragmentá-lo, conforme conveniências. Infelizmente, isso aconteceu e acontece com frequência.

No entanto, também existem muitos bons exemplos de uso da Carta de Veneza — inclusive para o patrimônio industrial e diferentes tipologias patrimoniais. Exemplos interessantes podem ser vistos no *Premio Internazionale Domus di Restauro e Conservazione*, que continua ativo e busca justamente promover uma relação propositiva e respeitosa entre o projeto do novo e o existente, seja em obras conservativas, seja naquelas em que são inseridos novos elementos. Existem muitos projetos interessantíssimos. Próximo de nós, podemos citar o edifício do IAB em São Paulo, ou a proposta desenvolvida por Helena Ayoub, Arquitetos Associados e SIAA para a Estação de Mairinque. Esse complexo ferroviário é de 1906, projeto do arquiteto Victor Dubugras, inovador tanto do ponto de vista formal quanto técnico-constructivo. A obra está atualmente bastante degradada. A intervenção proposta considera a relação da estação — que é uma estação em ilha — com a cidade, e propõe mudanças que, sim, envolvem destruição, mas de forma justificada, para promover a integração e a reinserção da obra na vida urbana contemporânea. Eu torço para que esse projeto se concretize e espero que o financiamento se efetive, pois a estação está em um estado cada vez pior.

A Carta de Veneza nos convida a olhar para o ambiente como um todo, para a articulação da obra com a cidade. Ela literalmente faz esse chamado — e isso foi amplamente discutido durante o congresso. Do ponto de vista da formulação textual, especialmente no que diz respeito à escala urbana e aos sítios monumentais, o documento teve um enunciado muito sintético. Esse tema aparece timidamente nos artigos 6, 7 e 8, e mais explicitamente no artigo 14, mas a redação é tão concisa que se tornou de difícil interpretação. Embora já estivesse presente nas discussões da conferência de abertura do Pane, que afirmava que “o ambiente não é um acessório, mas sim a própria vida e

a respiração da obra que queremos tutelar”²⁹; questão também retomada no relato de Gasperini sobre o evento de Veneza, ao discutir as relações monumento-sociedade e monumento-ambiente³⁰, o texto final não refletiu esse debate de forma evidente.

Pouco tempo depois, os próprios autores perceberam essa limitação. Lemaire e Gazzola, que participaram da redação da carta, propuseram adendos já na sequência, que só seriam consubstanciados mais tarde, especialmente na década de 1980.³¹ Ambos estiveram envolvidos em muitas das reuniões subsequentes do Comitê Técnico do Conselho da Europa — hoje em dia, União Europeia — e também em simpósios voltados à reabilitação do patrimônio, pensando-o em uma escala ampla e complexa.³² Esses simpósios resultaram no Ano Europeu do Patrimônio, em 1975, e na Carta e Declaração de Amsterdã, do Conselho da Europa, que tratam da questão da escala urbana e territorial.

O ICOMOS incorporou isso lentamente. Lembrando que o próprio Lemaire, Gazzola e Pane trabalhavam com essas questões de escala e ambiente. Lemaire desenvolvia isso também na prática. Em paralelo às discussões de Veneza e do Ano Europeu do Patrimônio, atuou tanto na restauração do Conjunto do Beguinage³³, na cidade de Leuven, quanto na criação de uma cidade nova, *Louvain-la-Neuve*, motivada pelo cisma, ou seja, pela divisão linguística que houve na Bélgica. Articulou, de fato, equipe multidisciplinar, com arquitetos, engenheiros, sociólogos, economistas, arqueólogos, etc.

Nas reuniões sucessivas e cartas subsequentes do ICOMOS, o objetivo não foi o de substituir a Carta de Veneza, mas de fazer documentos integrativos e de aprofundamento, além de incorporar novos temas. Depois da Carta de Veneza, o Icomos trabalhará com as cidades na Carta de Washington (1987) e, depois, nos Princípios de Valletta (2011) — revendo aspectos, mas não no sentido de negar ou declarar superadas as discussões realizadas até então. Esses documentos sempre se apoiam no anterior. Eles se baseiam em e não negam o documento precedente, mas abordam questões que emergem e têm caráter de complementação e integração de conteúdos. Na Carta de Washington, por exemplo, as cidades aparecem como “expressões materiais da diversidade das sociedades”, que exprimem “valores próprios das civilizações urbanas tradicionais”, além de inserir a preservação numa política coerente de desenvolvimento econômico e social, considerada no planejamento físico e territorial. Esses elementos não estão enunciados na Carta de Veneza, mas a Carta de Washington parte dela e aprofunda essas questões. A Carta de Washington afirma ser necessário evitar o dogmatismo, promover estudos multidisciplinares — nomeando as disciplinas —, e pensar o plano jurídico-administrativo e financeiro. Tudo isso aparece também nos Princípios de Valletta, em que são evidenciados explicitamente os valores naturais e humanos, tangíveis e intangíveis, as questões de gestão, de estratégia, com ênfase também no papel da pluridisciplinaridade e da colaboração.

29 PANE, Conférence introductive, p.7.

30 GASPERINI, Monumentos: tema de debate em Veneza.

31 HOUBART, Claudine. Deconsecrating a doctrinal monument. Raymond M. Lemaire and the revisions of the Venice Charter. Change over time, n. 4.2, 2014, p. 218-243.

32 HOUBART, Claudine. Raymond M. Lemaire (1921-1997) and the Conservation of the Ancient City: Historical and Critical Study of his Belgian Projects in International Perspective, 2015. Tese (Doutorado) – Faculty of Engineering, Katholieke Universiteit Leuven, 2015.

33 HOUBART, Claudine. The Great Beguinage of Leuven: an early challenge for the Venice Charter. Opus, Pescara, n. 2, 2018, p. 105-128.

27 PANE, Conférence introductive, p.7-8.

28 LEMAIRE, Icomos: un regard en arrière, un coup d’œil en avant

Analisar essa construção sucessiva e coletiva do ICOMOS, e a própria estrutura desses documentos, é muito interessante. Sugiro que vocês examinem esses documentos, pois questões importantes emergem, como a abertura à escala urbana e territorial, à questão energética e ambiental, que aflora de forma expressiva em Valletta. Também aparecem discussões sobre patrimônio industrial em documento específico sobre o tema, como aquele formulado em conjunto pelo ICOMOS e TICCIH. É interessante ver esse percurso, que nunca nega a Carta de Veneza: parte dela e aprofunda diversas questões.

A necessidade de uma leitura cuidadosa da carta é tema de suma relevância, que tem sido amplamente estudado por Claudine Houbert.³⁴ Ela levanta uma hipótese de que, justamente por causa das deformações que foram feitas na interpretação do documento — inclusive a que vimos no Congresso de Ouro Preto —, talvez nós devêssemos reescrever a carta para traduzir melhor o espírito de quem a criou. Eu concordo com a base da crítica feita por ela, mas não acredito que deveríamos reescrever uma carta — nem mesmo fazer uma versão atualizada, uma “tradução”, da carta para a contemporaneidade. Entendo que a Carta de Veneza é o que é, e assim ela deve permanecer, mas deve ser lida, sempre, de modo historicamente circunstanciado.

Retomo o Lemaire, que afirmava que o sucesso alcançado pela carta prejudicava uma aproximação crítica a ela.³⁵ Ou a Carta de Veneza é vista como regra, ou é tida como superada. Mas, se lermos a carta justamente como Lemaire propõe, de modo crítico — sempre a partir de uma aproximação crítica e circunstanciada —, ela se revela como a base deontológica que é, e não como receita. Se entendermos a Carta de Veneza como parte de um percurso, conseguimos compreendê-la de modo muito mais interessante.

A Carta de Veneza é um documento importantíssimo na construção do campo disciplinar da conservação e do restauro, mas não é um documento completo, nem perfeito — até porque não existem documentos completos e perfeitos. E o fato de ser importante não a exime de críticas. Pelo contrário, ela foi feita para ser criticada. Criticada não no sentido de “falar mal”, mas de ter uma aproximação circunstanciada, de entender seus limites. É necessário entender quando, como e por que ela foi feita, e lê-la de uma maneira historicamente informada.

Na atualidade, ela ou tem sido lida de maneira redutora e equivocada, ou tem sido julgada com base nessas leituras redutoras, e não pelo seu conteúdo. Sugiro que voltemos à lição de Lemaire³⁶ e leiamos a Carta de Veneza como parte de um processo, como ponto numa trajetória e não como causa, início ou finalização de um percurso. A carta estabelece bases, mas é suficientemente aberta para que o caminho possa ser trilhado com largueza de espírito e com expansão — sempre circunstanciada — para questões atuais. Com consciência de que a carta não resolve as questões; ela ajuda a problematiza-las em profundidade para uma tomada de decisões fundamentada. A pergunta jamais deve ser o que a Carta de Veneza faria, pois ela não faz nada. O questionamento a ser feito é: se procurarmos analisar essas questões a partir das lentes que a Carta de Veneza oferece, o que é possível ver? O que é iluminado e o que fica na sombra? Desse modo, ela simultaneamente ajuda a ver coisas e a evidenciar outras por suas omissões. É assim, sempre de modo crítico e fundamentado que nós deveríamos nos aproximar dela e de todo e qualquer instrumento teórico e não neles buscar uma saída fácil, nem buscar um substituto cada vez que as questões mudam,

pois elas mudam o tempo todo. É necessário trabalhar a partir de uma visão histórica e de modo complexo com as ideias do campo. É com esse espírito que a carta mostra sua pertinência e atualidade.

Encerro por aqui, e podemos agora prosseguir com perguntas e debates. Obrigada.

34 HOUBART, Deconsecrating a doctrinal monument.

35 LEMAIRE, Icomos: un regard en arrière, un coup d’œil en avant.

36 Ibid.